

PARECER N° 0284125 - CLC/ASSCOMPRAS

PARECER N° 0273860 - CLC/ASSCOMPRAS

PARECER TÉCNICO DA CPL

Procedimento de Gestão Administrativo nº 19.21.0012.0020217/2022-63

Dispensa nº 35/2022

Contratado: INSTITUTO DE EDUCACAO EM RH LTDA- CNPJ: 27.927.188/0001-74

Objeto: Contratação de **curso de E Social para Órgãos Públicos, de maneira a capacitar** profissionais, que atuem no envio de informações do E Social junto aos Receita Federal do Brasil, Caixa Econômica Federal, INSS e Ministério do Trabalho.

Base Legal: Art. 24, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

1. O processo trata da contratação direta de INSTITUTO DE EDUCACAO EM RH LTDA- CNPJ: 27.927.188/0001-74, cujo objeto é Contratação de **curso de E Social para Órgãos Públicos, de maneira a capacitar** profissionais, que atuem no envio de informações do E Social junto aos Receita Federal do Brasil, Caixa Econômica Federal, INSS e Ministério do Trabalho, com fundamento no art. 24, II, da Lei n. 8.666/93.

2. Conforme Roteiro prático para contratação direta, presente no Manual de Licitações e Contratos do TCU (fls. 633 e 634), a contratação observou os seguintes passos:

- Solicitação de material ou serviço (0279646);
- Justificativa da necessidade do objeto, item 1.1 do TR (0279805);
- Elaboração do projeto básico com especificação do objeto ou unidades/quantidades a serem adquiridas(0279805);
- Pesquisa de preços em, pelo menos, três fornecedores do ramo do objeto (0280215)(0280215)(0280216)(0280410);
- Elaboração de mapa comparativo de preços, item 3 do TR (0279805);
- Comprovante de situação cadastral (0282798) (0282808) (0282814) (0282814);
- Indicação de recursos para cobertura de despesa (0283637)(0283954);
- Portaria CPL "B" (0284161);

4. Ressalta-se que essa é a primeira contratação desse objeto no presente exercício, não estando configurado, portanto, fracionamento de despesa.

5. Considerando a decisão proferida nos autos do processo administrativo nº 10916/2016, o Art 1º do

ato PGJ nº604/2016 alterou o inciso I, do art. 63 do Ato PGJ nº479/2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“analisar as minutas de editais de licitação, contratos ou qualquer outro instrumento jurídico elaborado pela assessoria para gerenciamento de Licitações e Elaboração de instrumentos Jurídicos, com exceção das contratações de pequeno valor com fundamento no art. 24, I ou II, da lei nº8.666/93 de 1993, salvo se houver minuta de contrato não padronizada ou haja, o administrador, suscitado dúvida jurídica sobre tal contratação. Aplica-se o mesmo entendimento às contratações fundadas no art. 25 da Lei nº8.666/93 de 1993, desde que seus valores subsumam-se aos limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº8.666 de 1993.

6. Considerando a decisão proferida nos autos do processo administrativo nº 19.21.0009.0011982/2021-35, o Art 1º do ato PGJ nº 1106/2021(0226487) alterou o inciso XI do art. 59 do Ato PGJ nº 479/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

XI - Emitir parecer, ao final do procedimento e imediatamente antes da decisão do gestor, em todos os processos que representem execução de despesa pela Instituição, exceto nos processos de:

- a) concessão de férias vencidas, abono de permanência, pagamento de gratificação de substituição, adicional de qualificação, promoções e progressões funcionais de servidores;
- b) despesas correntes de água, luz e telefone;
- c) pagamentos de tributos, tarifas e preços públicos;
- d) pagamento de alugueis;
- e) pagamento de bens e serviços em pronta entrega;
- f) pagamento de serviços continuados, com exceção de terceirização de mão de obra;
- g) aditamentos contratuais em que não há alteração de valores;
- h) contratações por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, cujo valor seja igual ou inferior ao dos incisos I e II, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/1993, conforme sua natureza;
- i) contratações de bens e serviços a partir do Sistema de Registro de Preços elaborado pela instituição;
- j) pagamento de serviços continuados, com exceção de terceirização de mão de obra e de obras e serviços de engenharia.

Ana Larissa Moura de Almeida
Presidente da CPL B.

Rosangela da Silva Santana
Membro da CPL B.

Celiane Azevedo da Fonseca
Suplente da CPL B.

Em 29 de julho de 2022.



Documento assinado eletronicamente por ANA LARISSA MOURA DE ALMEIDA,



Presidente de CPL, em 29/07/2022, às 10:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROSANGELA DA SILVA SANTANA, Membro de CPL**, em 29/07/2022, às 10:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CELIANE AZEVEDO DA FONSECA, Membro de CPL**, em 29/07/2022, às 10:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0284125** e o código CRC **7AB1EE89**.

AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO

AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO ORDINÁRIO

Autorizo emissão de nota de empenho em favor de INSTITUTO DE EDUCACAO EM RH LTDA - CNPJ: 27.927.188/0001-74, cujo objeto é a Contratação de **curso de E Social para Órgãos Públicos, de maneira a capacitar profissionais**, que atuem no envio de informações do E Social junto aos Receita Federal do Brasil, Caixa Econômica Federal, INSS e Ministério do Trabalho. (Base Legal: Art. 24, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações), no valor de **R\$ 11.300,00 (onze mil e trezentos reais)**, conforme dados abaixo:

1. EMPRESA/CONTRATADO(A)		
1.1. Nome: INSTITUTO DE EDUCACAO EM RH LTDA		2. Código:
1.3. Data da proposta: 20/07/2022	1.4. Agência: 3310-3, Conta Corrente: 26214-5	1.5. Banco: - Bradesco
1.6. Endereço: Rua Victoria Pareda Ferreira, 06 Parque da Cidade - Campinas - SP - Cep: 13069-051		
1.7. Cidade: Campinas - SP	1.8. C.N.P.J./C.P.F: 27.927.188/0001-74	
1.9. Inscrição Estadual/Municipal:		
2. DADOS DA DESPESA		
2.1. Unidade Orçamentária: 25101		
2.2. Projeto/Atividade: 2940	1. Elemento de Despesa: 3.3.90.39	2.4. FR: 100
2.5. Valor: R\$ 11.300,00 (onze mil e trezentos reais)		
		2.8. Contrato nº: SEM

2.6. N.º de Parcelas:		2.7. Vencimento:		2.8. CONTRATO Nº. SEI/19.21.0012.0020217/2022-63 CONTRATO	
2.10. Processo Administrativo n.º 19.21.0012.0020217/2022-63				2.10. Modalidade Licitação:	
2.12. Processo Dispensa n.º 35/2022, art. 24, II da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.				2.12. Processo de Inexigibilidade n.º:	
3. DETALHAMENTO					
3.2. Item	3.3. Especificação	3.4. P. unitário	3.5. quantidade	3.6. P. Total	
1	Inscrição de servidores no curso " E Social para Órgãos Públicos"	R\$ 753,33	15	R\$ 11.300,00	
Valor total: R\$ 11.300,00 (onze mil e trezentos reais).					

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí
Dr. Hugo de Sousa Cardoso
Subprocurador de Justiça Institucional



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE SOUSA CARDOSO**, **Subprocurador(a) de Justiça Institucional**, em 02/08/2022, às 14:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0284307** e o código CRC **2036CAA2**.



Nota de Empenho

Encerrado até Junho

Identificação

Unidade Gestora	Documento	Emissão
250101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA (CNPJ: 05.805.924/0001-89)	2022NE00784	03/08/22
Credor	27927188000174 - INSTITUTO DE EDUCACAO EM RH LTDA	
Valor	11.300,00 (Onze mil e trezentos reais)	

Classificação

Nota de Reserva	2022NR00783
Tipo de Reserva	PRÉ-EMPENHO
Órgão Orçamento	25 - MINISTÉRIO PÚBLICO
Unidade Orçamentária	25101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Programa de trabalho	03.128. 0013. 2940 - APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL DE MEMBROS E SERVIDORES
Fonte	100 - RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL
Natureza	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Autor Emenda	0 - SEM AUTOR
Emenda Parlamentar	E0000 - Não definida
Território	TD0 - ESTADO
Plano Orçamentário	000001 - Não definido
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - SEM DETALHAMENTO
Detalhamento de Fonte	000000 - SEM DETALHAMENTO
Contrato	00000000 - SEM CONTRATO
Convênio de Receita	000000 - Convênio não identificado
Convênio de Despesa	000000 - Convênio não identificado
Projetos	0 - Indefinido

Detalhamento

Mod. Empenho	Ordinário	Mod. Licitação	06 - Dispensa de Licitação	Emb. Legal	Dispensa nº 35/2022.
Origem	1 - Origem nacional	Data Entrega	03/08/2022	Local Entrega	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Processo	19.21.0012.0020217 /2022-63	UF	São Paulo	Município	Campinas

Itens

Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Classificação Complementar	Valor
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30 - SELEÇÃO E TREINAMENTO		11.300,00

Saldo Dotação

Créd. Disp.	Indisponível antes NE	Valor NE	Saldo após NE
67.119,00	Pré-Empenhado 11.300,00	11.300,00	11.300,00
	Bloqueado 0,00		67.119,00

Observação

CCF. EMPENHO EM FAVOR DO INSTITUTO EDUCACIONAL EM RH LTDA (INSTITUTO DE RH), CNPJ: 27.927.188/0001-74, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO CURSO DE E_SOCIAL PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS, DE MANEIRA A CAPACITAR 15 (QUINZE) SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUI - MPPI, QUE ATUEM NO ENVIO DE INFORMAÇÕES DO E_SOCIAL JUNTO AOS ÓRGÃOS: RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, INSS E MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA, CONFORME DISPENSA Nº 35/2022 E BASE LEGAL ART. 24, II DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

Produtos

Produto	Quantidade	Und. Forneç.	Preço Unitário	Preço Total
CURSOS E TREINAMENTOS	15	UNIDADE	753,3333	11.300,00
Descrição	CONTRATAÇÃO DO CURSO DE E_SOCIAL PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS, DE MANEIRA A CAPACITAR 15 (QUINZE) SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUI - MPPI, ATUEM NO ENVIO DE INFORMAÇÕES DO E_SOCIAL JUNTO AOS ÓRGÃOS: RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, INSS E MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA.			

Dados de Autenticidade

	A autenticidade deste documento pode ser verificada por meio do endereço eletrônico abaixo: https://tesouro.sefaz.pi.gov.br/SiafePI/downloadSignature?token=fb8ee08b091b4390849de4ecfd24d604
--	--

Identificação		
Unidade Gestora	Documento	Emissão
250101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA (CNPJ: 05.805.924/0001-89)	2022NE00784	03/08/22
Credor	27927188000174 - INSTITUTO DE EDUCACAO EM RH LTDA	
Valor	11.300,00 (Onze mil e trezentos reais)	
Assinatura		

PORTARIA PGJ/PI N° 2723/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a solicitação contida no OFÍCIO – 0288180 - CLC/ASSCOMPRAS, no Procedimento de Gestão Administrativa – PGEA/SEI nº 19.21.0012.0020217/2022-63,

RESOLVE

DESIGNAR o servidor **SÉRGIO ALVES NORONHA**, matrícula nº 280, para fiscalizar a contratação de **curso de E Social para Órgãos Públicos, de maneira a capacitar profissionais**, que atuem no envio de informações do E Social junto aos Receita Federal do Brasil, Caixa Econômica Federal, INSS e Ministério do Trabalho (Dispensa nº 35/2022).

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina/PI, 05 de agosto de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA
Procurador-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CLEANDRO ALVES DE MOURA, Procurador-Geral de Justiça**, em 05/08/2022, às 11:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0288517** e o código CRC **E126750C**.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 05 de agosto de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2723/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a solicitação contida no OFÍCIO - 0288180 - CLC/ASSCOMPRAS, no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0012.0020217/2022-63,

R E S O L V E

DESIGNAR o servidor **SÉRGIO ALVES NORONHA**, matrícula nº280, para fiscalizar a contratação de **curso de E Social para Órgãos Públicos, de maneira a** capacitar profissionais, que atuem no envio de informações do E Social junto aos Receita Federal do Brasil, Caixa Econômica Federal, INSS e Ministério do Trabalho (Dispensa nº 35/2022).

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina/PI, 05 de agosto de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2724/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso XIV, alínea "f", daLei Complementar Estadual nº 12/93, em conformidade com o Ato PGJ/PI nº 835/2018;

CONSIDERANDO o disposto no PGEA SEI nº 19.21.0204.0021483/2022-55,

R E S O L V E

REVOGAR a Portaria PGJ/PI nº 2489/2022, que designou o Promotor de Justiça **CRISTIANO FARIAS PEIXOTO** para atuar nos autos do Inquérito Civil Público - SIMP nº 000117-030/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 05 de agosto de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2725/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso XIV, alínea "f", daLei Complementar Estadual nº 12/93, em conformidade com o Ato PGJ/PI nº 835/2018;

CONSIDERANDO o disposto no PGEA SEI nº 19.21.0204.0021483/2022-55,

R E S O L V E

DESIGNAR a Promotora de Justiça **GLADYS MARTINS GOMES DE SOUSA**, titular da 31ª Promotoria de Justiça de Teresina, para atuar nos autos do Inquérito Civil Público - SIMP nº 000117-030/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 05 de agosto de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2726/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais, considerando a solicitação contida no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0010.0021404/2022-54,

RESOLVE

DESIGNAR o servidor **FELIPE ARLEM REZENDE**, matrícula nº 20026, chefe da Divisão de Material de Consumo, para fiscalizar o contrato nº 20/2022, firmados entre PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ e CELSO LUIZ MOREIRA DA COSTA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 26.569.874/0001-58, revogando-se a Portaria PGJ/PI nº 1525/2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina/PI, 05 de agosto de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2727/2022

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Processo SEI nº 19.21.0063.0020717/2022-57,

RESOLVE

NOMEAR KARINE SOCORRO LUZ REGO, CPF: ***. 356.933.***, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Promotoria de Justiça (CC-01), junto à Promotoria de Justiça de Marcos Parente.

O (a) nomeado (a) fica convocado (a) a apresentar os documentos exigidos para fins de posse no referido cargo público junto à Coordenadoria de Recursos Humanos ou utilizar os meios eletrônicos para a entrega(recursoshumanos@mppi.mp.br);

O exercício ocorrerá somente após a posse no cargo;

A posse, bem como, o respectivo exercício ocorrerá observando os prazos estabelecidos na Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 e alterações, e desde que cumpridas todas as formalidades legais.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 05 de agosto de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2728/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais, considerando a solicitação contida no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0010.0021441/2022-75,

RESOLVE

DESIGNAR o servidor **FELIPE ARLEM REZENDE**, matrícula nº 20026, chefe da Divisão de Material de Consumo, para fiscalizar o contrato nº 52/2021, firmados entre PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ e a empresa BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS CNPJ: 34.028.316/0022-38, revogando-se a Portaria PGJ/PI nº 2405/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina/PI, 05 de agosto de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2729/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso XIV, alínea "f", daLei Complementar Estadual nº 12/93;



Estado do Piauí Tribunal de Contas

ContratosWeb - Recibo de Finalização

Informativo para efeito de cumprimento da IN TCE/PI Nº 06 de 16/10/2017



Órgão : PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA DO PIAUI

nº processo TCE

CW-012120/22

nº contrato

784/2022

nº processo administrativo

19.21.0012.0020217/2022-63

procedimento origem

Dispensa

objeto

Contratação de curso de E Social para Órgãos Públicos, de maneira a capacitar profissionais, que atuem no envio de informações do E Social junto aos Receita Federal do Brasil, Caixa Econômica Federal, INSS e Ministério do Trabalho.

nome do contratado

INSTITUTO DE EDUCACAO EM RH LTDA ME

cpf/cnpj

27.927.188/0001-74

data da assinatura

03/08/2022

valor contratado

R\$11.300,00

data do cadastro

08/08/2022

data últ. alteração

08/08/2022